

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002721-17.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
Requerente: **ANTONIO RIBEIRO DO CARMO**
Requerido: **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra cobranças que recebeu do réu em cartão de crédito que mantinha junto à ele, referentes a título de capitalização que já havia cancelado e até mesmo resgatado saldo remanescente.

Almeja à declaração de inexigibilidade da dívida, e rescisão de qualquer contrato relativo a título de capitalização perante o réu.

Já o réu em contestação salientou que a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

ocorrência em apreço derivou de contratação de iniciativa do autor, nada havendo de irregular em sua conduta.

O autor como visto expressamente refutou ser responsável pelos débitos em questão e categoricamente afirmou que já havia cancelado o título de capitalização que outrora aderiu.

Em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados pelo réu para denotar que a celebração desse negócio sucedeu validamente.

Tocava ao réu a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo), mas ele não se desincumbiu desse ônus.

Com efeito, sequer o suposto contrato foi juntado aos autos pela ré, o que torna inclusive prejudicada a análise da real necessidade de realização de perícia grafotécnica.

Nesse sentido, limitou-se a salientar que não houve irregularidades na contratação, mas não detalhou com exatidão quais os documentos foram supostamente oferecidos na ocasião em que a transação se consumou, além de não exibi-los.

Aliás, deixou de esclarecer inclusive de que maneira concreta isso teria sucedido, não amealhando o contrato pertinente que cristalizaria o liame jurídico entre as partes.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência do réu na espécie.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos, bem como para declarar rescindido qualquer título de capitalização existente no nome do autor perante o réu.

Torno definitiva a decisão de fls. 15/16, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de abril de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**